

Frente Comum inicia às 00h00 “grande greve” contra medidas do Governo

written by O Cidadão | 23 de Outubro, 2025



O aumento dos salários, a valorização das carreiras, a reposição do vínculo público e a defesa dos serviços públicos são também motivos para a convocação da paralisação que abrange todos os trabalhadores do Estado.

Tiago Oliveira, **secretário-geral da CGTP-IN**, vai juntar-se aos trabalhadores da saúde às 00:00 no Hospital de São José, em Lisboa, e às 12:00 no Hospital de São João, no Porto.

O secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, avisou na terça-feira que, se o Governo mantiver *“em cima da mesa”* o pacote de alterações à legislação laboral, a resposta pode passar pela convocação de uma greve geral.

“Vai ser uma grande greve e vai obrigar o Governo, se tiver bom senso, a perceber que está a comprar conflito social e que não vai parar porque os trabalhadores exigem políticas diferentes”, afirmou o **coordenador da Frente Comum**, Sebastião Santana, em conferência de imprensa em Lisboa na terça-feira.

O dirigente sindical previu o fecho de muitas escolas, perturbações nos serviços de saúde e de justiça, assim como forte adesão de trabalhadores nas autarquias, serviços centrais da administração pública e na cultura e monumentos.

Também a Federação Nacional dos Médicos (Fnam) convocou uma paralisação para amanhã, sexta-feira, que coincidirá com a da Função Pública, por considerar que a tutela está a recusar negociar a carreira médica.

“Uma vez que está a haver uma recusa da ministra da Saúde em negociar verdadeiramente a carreira médica e, acima de tudo, por ter apresentado decisões que põem em risco a população, estamos a anunciar a greve de médicos para o dia 24 de outubro em todo o país”, disse à Lusa a presidente da Fnam, **Joana Bordalo e Sá**, depois de uma reunião com a ministra Ana Paula Martins.

Em comunicado, os professores, educadores e investigadores anunciaram que vão aderir à greve -convocada também pela FENPROF -, declarando a sua adesão à luta ***“por melhores condições salariais e profissionais”***, assim como ***“pela valorização da escola pública e da ciência”***.

Na conferência de imprensa de terça-feira, o dirigente sindical Sebastião Santana afirmou que os trabalhadores não podem aceitar um Orçamento do Estado de degradação das condições de trabalho e desinvestimento nos serviços públicos.

“São 760 mil pessoas, trabalhadores da Administração Pública, têm um peso muito grande na sociedade portuguesa. Se o Governo não tem isto em atenção trata-se de uma miopia muito grave”, disse.

Questionado sobre se haveria margem no Orçamento do Estado para acomodar o **aumento salarial de 15%** exigido pela Frente Comum (**no mínimo de 150 euros**), tendo em conta o ligeiro excedente de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para 2026, o sindicalista respondeu afirmativamente desde que

fossem alteradas as prioridades políticas.

“Há toda a margem. Se a proposta do Orçamento do Estado não tiver borlas fiscais de 1.700 milhões de euros para as empresas, se não tiver quebra do IRC de 300 milhões de euros... Não é uma questão de falta de dinheiro, é uma questão de opção política”, afirmou.

Ainda na conferência de imprensa, a Frente Comum disse ser ***“vergonhoso”*** o pacote de reforma laboral e que a reforma do Estado é uma ***“terraplanagem dos serviços públicos”***, desde logo com a criação da Agência para a Gestão do Sistema Educativo que considerou que terá uma lógica empresarial e que será a primeira fase da desconstrução do sistema público de educação.

O Governo entregou em 9 de outubro a proposta do Orçamento do Estado para 2026 na Assembleia da República, mantendo a previsão inicial de aumentos salariais para a função pública prevista no acordo plurianual assinado em novembro de 2024 com a Fesap e a Frente Sindical.

Para 2026, o aumento previsto é de 56,58 euros ou 2,15%, passando para 60,52 euros em 2027 e 2028, com extensão até 2029. A base remuneratória da Administração Pública, atualmente de 878,41 euros, passará para 934,99 euros em 2026, incluindo progressões, promoções e acordos salariais, num total estimado de 1.248 milhões de euros em despesas com pessoal.

A Frente Comum representa 29 sindicatos de todos os setores da administração pública.

OC/AJS